

EDUCAÇÃO E CULTURA: ATRAVESSAMENTOS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONJUGAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA EM GRUPO REFLEXIVO PARA HOMENS COM MEDIDA PROTETIVA.

Camila dos Santos Cunha¹
George de Moraes De Luiz²

RESUMO

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de dissertação de Mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). O estudo principal aborda as vivências cotidianas de mulheres que reataram a relação conjugal com seus parceiros íntimos após participarem de um grupo reflexivo para homens, encaminhados pela Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a mulher (SER). Neste trabalho, relato minha experiência como psicóloga e pesquisadora do Serviço Reflexivo (SER), que se propõe a refletir sobre os processos que entrelaçam educação e cultura nas noções de gênero, masculinidades e violência conjugal e doméstica. Também assumo uma postura crítica ancorada em bases teórico-epistemológicas do construcionismo social e das práticas discursivas, que examinam como as práticas sociais são construídas, mantidas e transformadas através do uso da linguagem. As práticas discursivas não são apenas formas de comunicação, mas sim processos sociais complexos nos quais os sujeitos constroem e negociam significados. A experiência no SER nos permitiu identificar algumas temáticas que podem explicar o sentido da retomada do vínculo íntimo entre os casais: esperança de mudança, pressões sociais e culturais, dependência financeira ou emocional, ciclo de violência, medo ou insegurança. Ao explorar estas questões, buscamos compreender mais profundamente os motivos que levam as mulheres a reataram a relação conjugal, fornecendo reflexões importantes para o enfrentamento da violência doméstica. Em suma, esperamos que este relato contribua para uma compreensão mais ampla das dinâmicas relacionais e das questões de gênero na superação da violência doméstica.

Palavras-chave: Psicologia, Educação, Masculinidades, Cultura, Violências.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um problema global com raízes históricas profundas, persistindo como um grave desafio social. Minayo (2006, p. 13) afirma que “os eventos violentos se referem a conflitos de autoridade, lutas pelo poder e

¹ Pós-Graduanda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, camila.cunha@aluno.ufr.edu.br.

² Professor Orientador: Doutor em Psicologia Social e Docente do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, george@ufr.edu.br.

vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens”. Esta violência manifesta-se de diversas formas, incluindo agressões físicas, psicológicas, patrimoniais, morais, conjugais e sexuais, resultando em consequências devastadoras para as vítimas.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 revela um crescimento alarmante de todas as formas de violência contra a mulher em 2022, com uma média de 102 acionamentos por hora (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Estes dados refletem a urgência de ações efetivas para combater este problema persistente. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), sancionada em 2006, representou um marco significativo no enfrentamento à violência doméstica no Brasil. Ela criou mecanismos para coibir e prevenir a violência, atendendo às recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Brasilino, 2014). Esta lei transformou a percepção da violência entre casais de um problema doméstico para uma questão pública, criminalizando as agressões.

Um aspecto fundamental no combate à violência doméstica é o envolvimento dos homens no processo de mudança. Nothaft e Beiras (2019) questionam: “Por que não envolver os homens, sendo eles os autores das violências de gênero?”. Esta abordagem reconhece que a construção da masculinidade desempenha um papel fundamental na perpetuação da violência. A masculinidade hegemônica, caracterizada pela agressividade e domínio, especialmente sobre as mulheres (Machado, 2010), precisa ser problematizada. Durval (2010) argumenta que práticas socialmente reforçadas constroem nossas ações e pensamentos, influenciando a formação de identidades e corporalidades. A desconstrução dessas noções de masculinidade é essencial para prevenir a violência.

Neste contexto, o Serviço de Educação e Reflexão para Autores de Agressão, vinculado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), oferece um espaço para homens que cometeram crimes tipificados na Lei Maria da Penha. Este serviço, baseado nas Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, visa romper o ciclo de violência e evitar reincidências.

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de dissertação de Mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). É importante ressaltar que este estudo está em fase

inicial, e por isso, são apresentadas reflexões teóricas que fundamentarão a pesquisa empírica futura.

O objetivo geral deste estudo é investigar as vivências cotidianas de mulheres que reataram a relação conjugal com seus parceiros íntimos após estes participarem de um grupo reflexivo para homens. A pesquisa adota uma postura crítica ancorada no construcionismo social e nas práticas discursivas, buscando compreender como as pessoas descrevem e explicam o mundo em que vivem (Gergen, 1985, *apud* Spink, 2010).

Esta investigação busca compreender profundamente as dinâmicas relacionais e de gênero envolvidas na violência doméstica e na reconciliação dos casais. Pretende-se explorar temas como esperança de mudança, pressões sociais, dependência financeira/emocional e ciclos de violência, analisando tanto a perspectiva dos agressores quanto das vítimas.

Os resultados desta pesquisa, uma vez concluída, poderão subsidiar a criação de políticas e programas de apoio mais eficazes, visando a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos. Ao abordar este tema complexo de maneira holística, este estudo oferecerá uma contribuição crucial para o desenvolvimento de estratégias mais efetivas no combate à violência doméstica no Brasil.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no construcionismo social e nas práticas discursivas, justificada pela natureza complexa do fenômeno estudado: as vivências de mulheres que reataram relacionamentos com parceiros após participação em grupo reflexivo para autores de agressão. Baseada no construcionismo social, a pesquisa questiona “O que e a quem está implicada?”, assumindo uma postura crítica e reconhecendo nossa subjetividade diante do tema (Spink, 2014).

Serão selecionadas 10 a 15 mulheres que atendam aos critérios: vivência de violência doméstica por período mínimo de 1 ano; reconciliação com o parceiro há pelo menos seis meses; participação do parceiro no grupo reflexivo SER da UFR; maioridade; e residência em Rondonópolis. Serão excluídas participantes em risco iminente de violência ou com comprometimentos cognitivos que impossibilitem a participação.

A coleta de dados ocorrerá através de entrevistas semiestruturadas individuais, com duração de 60 a 90 minutos, em ambiente seguro e privativo. O roteiro abordará temas como histórico do relacionamento, motivações para reconciliação, mudanças percebidas após participação no grupo reflexivo e desafios enfrentados. As entrevistas serão gravadas mediante autorização e analisadas pelo método de mapas de associação de ideias (Spink, 2010), seguindo três etapas: transcrição integral, sequenciação do conteúdo e elaboração dos mapas de associação.

A análise será orientada pela perspectiva das práticas discursivas, considerando dialogia, reflexividade, relações de poder e repertórios linguísticos. O projeto será submetido ao Comitê de Ética, com assinatura de TCLE pelas participantes, garantindo confidencialidade através do uso de pseudônimos e armazenamento seguro dos dados. Será disponibilizado apoio psicológico quando necessário.

Reconhecemos limitações como amostra reduzida e possível influência da memória seletiva nos relatos. Para minimizá-las, buscaremos diversidade amostral e utilizaremos técnicas que estimulem reflexão detalhada sobre as experiências. Esta metodologia visa compreender a complexidade das vivências dessas mulheres, contribuindo para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes no campo da violência doméstica.

REFERENCIAL TEÓRICO

O construcionismo social, pilar fundamental deste estudo, propõe uma compreensão do mundo não como um reflexo direto da realidade, mas como um produto de intercâmbios sociais. Gergen (2009) argumenta que nossa compreensão do mundo é resultado de um empreendimento ativo e cooperativo entre pessoas em relação, atraindo a investigação para as bases históricas e culturais das várias formas de construção do mundo. Esta perspectiva epistemológica nos convida a questionar as verdades estabelecidas e a examinar como o conhecimento é construído através das interações sociais e práticas discursivas.

As práticas discursivas desempenham um papel crucial na construção da realidade social. Beiras e Bronz (2016) enfatizam que os discursos não apenas descrevem, mas também constroem práticas sociais e realidades com seus efeitos e performances. A linguagem, portanto, é entendida como um produto da realidade, questionando a

veracidade dos acontecimentos e atrelando-os a processos de aprendizagem adquiridos ao longo da vida e compartilhados dentro de grupos sociais.

Neste contexto, é fundamental examinar as construções sociais de gênero, particularmente a masculinidade hegemônica, que tem centralidade em nossa sociedade e produz culturalmente modos de ser e agir. De Los Santos Rodriguez (2019) descreve a masculinidade hegemônica como uma norma que enquadra os homens em sua forma mais honrada, exigindo um posicionamento de legitimidade em relação à subordinação das mulheres. Essas construções se estruturam através de relações de poder, determinando exclusões e controlando as desigualdades de gênero em uma dimensão global.

A violência contra as mulheres, especialmente aquela perpetrada por parceiros e ex-parceiros íntimos, emerge como uma manifestação extrema dessas desigualdades de gênero. Beiras e Bronz (2016) apontam para a hierarquização e subalternização das mulheres em relação aos homens como fatores que contribuem para essa violência. A compreensão desses fenômenos é crucial para abordar a questão da reconciliação de casais após situações de violência, um tema complexo que requer uma análise cuidadosa das dinâmicas de poder e dos processos de mudança comportamental.

Para enfrentar essas questões, os grupos reflexivos surgem como uma ferramenta promissora. Inspirados pela pedagogia de Paulo Freire, que enfatiza a “ação e reflexão”, esses grupos buscam promover a transformação das relações de gênero através do diálogo e da criticidade. Como observa Hooks (2013), a metodologia de Freire nas atividades grupais e comunitárias é capaz de transformar o mundo e dar-lhe significado. Os grupos reflexivos, portanto, visam trazer a horizontalidade da questão de gênero para a transformação dos participantes, promovendo autonomia, igualdade, respeito à diferença e efetivação dos direitos humanos (Beiras & Bronz, 2016).

A contemporaneidade tem exigido uma ressignificação das categorias de homens e mulheres, buscando entendê-los dentro de uma dimensão cotidiana que vai além das formas já conceituadas. Essa abordagem considera o tempo, a historicidade, o local e a cultura como elementos fundamentais para compreender as dinâmicas de gênero e poder nos relacionamentos íntimos.

O construcionismo social nos convida a questionar as verdades estabelecidas e a examinar criticamente as construções sociais que moldam nossa compreensão do mundo. Ao aplicar essa perspectiva às questões de gênero, violência doméstica e reconciliação de casais, abrimos espaço para novas formas de entendimento e intervenção. Os grupos reflexivos, fundamentados nessa abordagem teórica, oferecem um caminho promissor

para promover mudanças significativas nas relações interpessoais e na sociedade como um todo.

Ao considerar os aspectos culturais de um coletivo, como propõe Freire, damos luz à possibilidade de transformação através da ação e reflexão. Essa abordagem sustenta a constante transformação do sujeito, permitindo que, através da dialogicidade e troca, as pessoas possam superar as barreiras que impedem a conexão com o outro e a hierarquização existente nas relações. Como observa De Lima (2021), para ocorrer uma mudança significativa, é necessário um processo de reconhecimento de si através do outro.

Em suma, este referencial teórico fornece uma base sólida para compreender e abordar as complexas dinâmicas envolvidas nas relações de gênero, violência doméstica e reconciliação de casais. Ao integrar o construcionismo social, as práticas discursivas, as teorias de gênero e a pedagogia crítica, estabelecemos um quadro conceitual que permite não apenas analisar essas realidades, mas também vislumbrar caminhos para sua transformação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da experiência como mediadora do grupo SER, a análise do imaginário social dos sujeitos revela padrões complexos que constroem significados sobre violência e reconciliação. Conforme Minayo (2006) e Butler (2019), estes significados são moldados por normas sociais vigentes e propagações hegemônicas sexistas e machistas, que consistem no cerne do comportamento dos homens.

A análise das práticas discursivas, fundamentada no construcionismo social (Spink, 2010; Gergen, 2020), permitiu identificar cinco temáticas principais que emergem da experiência no SER, as quais se entrelaçam na construção social da violência e dos processos de reconciliação:

1. Esperança de Mudança e Ciclos de Violência

A experiência no grupo reflexivo demonstra que a violência física frequentemente se associa a um comportamento onde a vítima tem sua integridade violada. Segundo Walker (2009) e Hirigoyen (2018), este padrão caracteriza o ciclo da violência, onde períodos de tensão alternam com momentos de "lua de mel". Nossos

dados do SER revelam que a violência geralmente é desencadeada por discussões, intensificada pela presença de álcool, xingamentos, e traição.

Saffioti (2015) e Machado (2020) argumentam que a esperança de mudança frequentemente se ancora em promessas de transformação que, no contexto do SER, manifestam-se através de expressões como “dessa vez vai ser diferente” e “aprendi minha lição”. Esta dinâmica, segundo Acosta e Bronz (2019), revela como as práticas discursivas podem tanto perpetuar quanto transformar padrões de violência.

2. Pressões Sociais e Culturais

As manifestações de violência de gênero, como afirmam Guattari e Rolnik (1993), emergem da falta de percepção de si e são reforçadas pela legitimação dentro da hegemonia exercida por padrões impostos socialmente. Bourdieu (2019) e Connell (2021) destacam como estas pressões se manifestam através da violência simbólica, perpetuando relações desiguais de poder.

No contexto do SER, observamos que pressões familiares e religiosas frequentemente se expressam em falas como “família tem que permanecer unida” e “casamento é para sempre”. Zanello (2018) argumenta que tais discursos refletem dispositivos culturais que naturalizam a subordinação feminina.

3. Dependência Emocional e Financeira

A análise das narrativas revela que a violência psicológica se manifesta em traições, insultos, desqualificação da mulher, ameaças, perseguições, e constrangimentos. Bandeira (2014) e Biroli (2018) destacam como a dependência financeira frequentemente se entrelaça com a emocional.

Neves e Nogueira (2017) apontam que estas dependências são construídas e mantidas através de práticas discursivas que naturalizam o controle masculino sobre recursos financeiros e decisões familiares. No SER, observamos esta realidade especialmente em casos onde existe coabitação prolongada e filhos em comum.

4. Medo e Insegurança

O processo de judicialização e o pedido da medida protetiva geram difícil entendimento por parte dos participantes do grupo. Herman (2015) e Van der Kolk (2020)

destacam como desconhecimento da legislação e a falta de orientação podem intensificar saídas desastrosas.

Segundo Schraiber e D'Oliveira (2016), o medo se manifesta em múltiplas dimensões: física, econômica e social. No SER, identificamos expressões desse medo em falas como "tenho medo do que ele pode fazer com as crianças" e "não sei como vou me sustentar sozinha".

5. Construções Sociais sobre Reconciliação

Observa-se um padrão de descrédito perante a vítima ao mesmo tempo em que emerge o desejo por reatar a antiga relação conjugal. Spink (2010) e Gergen (2020) argumentam que estas contradições refletem construções sociais complexas sobre relacionamentos e perdão.

A análise construcionista, apoiada por Toneli (2017) e Beiras (2019), revela como os significados atribuídos à reconciliação são socialmente construídos e mantidos através de práticas discursivas que: naturalizam a violência como forma de resolução de conflitos, responsabilizam as mulheres pela harmonia familiar, reforçam papéis tradicionais de gênero, minimizam o impacto da violência psicológica, legitimam discursos de arrependimento e mudança.

Questões de Pesquisa Emergentes:

1. Como os discursos sobre família e conjugalidade influenciam a decisão de reconciliação?
2. De que forma as construções sociais de gênero impactam o ciclo de violência?
3. Qual o papel do grupo reflexivo na ressignificação das práticas violentas?
4. Como fatores interseccionais (classe, raça, idade) modulam as decisões de reconciliação?

Esta análise preliminar, fundamentada nas contribuições de Saffioti (2015), Butler (2019) e Connell (2021), sugere que a retomada do vínculo conjugal após situações de violência é um fenômeno complexo, multifacetado, que demanda compreensão tanto dos aspectos individuais quanto das construções sociais que o sustentam. Como observam Acosta e Bronz (2019), o trabalho com grupos reflexivos pode oferecer caminhos para a desconstrução de padrões violentos e a construção de novas formas de masculinidade.

Neste sentido, o SER tem se mostrado um espaço privilegiado para a observação e compreensão destes processos, permitindo identificar tanto os mecanismos que perpetuam a violência quanto as possibilidades de transformação através do trabalho reflexivo e da ressignificação das práticas discursivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidencia as complexas dinâmicas que envolvem a retomada de vínculos íntimos após situações de violência doméstica, ancorada nas perspectivas do construcionismo social e das práticas discursivas de Spink (2010) e Gergen (2020). Nossa análise do grupo SER revela a intrincada teia de fatores que influenciam essas decisões, desde esperanças individuais de mudança até pressões socioculturais profundamente arraigadas.

As cinco temáticas identificadas no estudo, quando analisadas através da perspectiva construcionista de Butler (2019) e Saffioti (2015), revelam como essas experiências são socialmente construídas e mantidas por meio de práticas discursivas. Como argumentam Acosta e Bronz (2019), essa abordagem nos permite compreender a violência doméstica não apenas como um fenômeno individual, mas como um produto de construções sociais sobre gênero, poder e relacionamentos.

Especificamente no contexto do SER, observamos que o campo da violência doméstica e relações de gênero demanda uma compreensão interseccional (Crenshaw, 2017). Ao explorar as narrativas e construções sociais que sustentam a reconciliação após a violência, identificamos elementos cruciais para intervenções mais eficazes e políticas públicas mais informadas. Conforme Zanello (2018), este trabalho contribui para desmistificar julgamentos simplistas sobre as decisões das vítimas, promovendo uma compreensão mais nuançada e compassiva.

Nossa pesquisa apresenta contribuições significativas para o enfrentamento da violência doméstica. Seguindo as proposições de Neves e Nogueira (2017), os processos de reconciliação devem desenvolver abordagens mais eficazes para prevenção e intervenção. Isto se materializa através do aprimoramento de programas de reeducação para agressores, fortalecimento de redes de apoio para vítimas, e criação de estratégias de conscientização pública que desafiem construções sociais nocivas.

Como destacam Beiras e Bronz (2016), ao dar voz às experiências das pessoas envolvidas, nossa pesquisa busca empoderar sobreviventes e informar práticas profissionais mais sensíveis e eficazes. Concluímos que este trabalho oferece subsídios teóricos e práticos para a construção de uma sociedade mais equitativa e livre de violência, através da compreensão e transformação das práticas discursivas que sustentam relações abusivas.

Por fim, ressaltamos a necessidade de futuras pesquisas que aprofundem a compreensão dos mecanismos de transformação social através dos grupos reflexivos, considerando especialmente o papel da interseccionalidade e das práticas discursivas na construção de masculinidades não violentas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, F.; BRONZ, A. **Desafios para o trabalho com homens em situação de violência doméstica**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2019.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BEIRAS, A.; BRONZ, A. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRASILINO, J. **Masculinidades no contexto da violência contra a mulher: um estudo com homens em grupos reflexivos**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CONNELL, R. **Masculinidades**. São Paulo: nVersos, 2021.

CRENSHAW, K. **On intersectionality: essential writings**. New York: The New Press, 2017.

DE LIMA, M. E. O. Preconceito. In: CAMINO, L. et al. (Orgs.). **Psicologia Social: temas e teorias**. 3. ed. Brasília: Technopolitik, 2021. p. 541-594.

DE LOS SANTOS RODRIGUEZ, M. C. **Masculinidades e violência de gênero: um estudo com homens em situação de violência doméstica.** 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DURVAL, C. L. M. Reflexões sobre a construção da masculinidade a partir de uma perspectiva de gênero. In: BLAY, E. A. (Org.). **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 145-162.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023.** São Paulo: FBSP, 2023.

GERGEN, K. J. **An invitation to social construction.** 2. ed. London: Sage, 2009.

GERGEN, K. J. **Construcionismo social: um convite ao diálogo.** Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2020.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

HERMAN, J. L. **Trauma and recovery: the aftermath of violence.** New York: Basic Books, 2015.

HIRIGOYEN, M-F. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MACHADO, L. Z. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, M. R. (Org.). **Masculinidades.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 35-78.

MACHADO, L. Z. **Masculinidades, sexualidade e violência.** São Paulo: Ubu, 2020.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. Metodologias feministas na psicologia social crítica: a ciência ao serviço da mudança social. **Ex aequo**, n. 25, p. 97-111, 2017.

NOTHAFT, R. J.; BEIRAS, A. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56070, 2019.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. **Revista de Medicina**, v. 95, n. 2, p. 139-145, 2016.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, M. J. *et al.* **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

TONELI, M. J. F. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: LAGO, M. C. S. et al. (Orgs.). **Gênero e pesquisa em psicologia social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2017. p. 145-162.

VANDER KOLK, B. **O corpo guarda as marcas: mente, cérebro e corpo na transformação do trauma**. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

WALKER, L. E. *The battered woman syndrome*. 3. ed. New York: Springer, 2009.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

NOTHAFT, R. J.; BEIRAS, A. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56070, 2019.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, M. J. *et al.* **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.